

(*) João Bosco Feitosa dos Santos é economista, Doutor em Sociologia e Professor adjunto da UECE. E-mail: bosco.feitosa@rapix.com.br Francisco Uribam Xavier Holanda é Filósofo, Doutor em Sociologia e Professor adjunto da UFC. Maria Neyára de Oliveira Araújo é Doutora em Sociologia e Professora adjunta da UFC.

João Bosco Feitosa dos
Santos
Francisco Uribam Xavier
Holanda
Maria Neyára de O. Araújo*

**Desenvolvimento local
e exclusão social:
surpresas e curiosidades no caso do Ceará**

RESUMO: O presente texto é síntese de uma pesquisa realizada em 1998, pelos autores para Organização Internacional do Trabalho – OIT/Fundação FORD intitulada: “Exclusão Social no Mercado de Trabalho: o caso do Ceará, Brasil”. A investigação teve o objetivo de compreender duas das políticas contra a exclusão social que se materializam nas ações governamentais de apoio à agricultura familiar e à integração no mercado de trabalho. Para tanto, realizamos uma análise de dois dos principais projetos do auto-intitulado “Governo das Mudanças” que incidiram sobre o meio rural e que pretenderam incluir trabalhadores, quais sejam: o “Projeto São José”, e o Programa de Geração de Emprego e Renda pela construção de “cidade barragem”. Ambos projetos apontavam para a possibilidade de inclusão da população, seja no mercado de trabalho, seja na dinâmica mais geral da vida social. Entretanto, os resultados apontam para uma experiência exitosa de crescimento do Estado com a permanência do quadro de exclusão social.

Palavras-chave:
Projeto São José,
exclusão social e
agricultura familiar.

Para entender o quadro atual da exclusão social no Estado do Ceará, faz-se necessário um exame minucioso de seus processos geradores, de modo a incluir os elementos que definem, para além de uma análise de conjuntura, alguns determinantes que perpassam, modificando ou não, todos aqueles processos. Nesse sentido, três aspectos são relevantes: o dos fatores edafo-climáticos, considerando que as condições do solo e o clima

semi-árido dificultam a viabilização da agropecuária e impulsionam a concentração de terra; a questão fundiária, relacionada diretamente à exclusão edafoclimática, e sobretudo, às relações de produção estabelecidas no meio rural; o mercado de trabalho, incluindo os problemas que atingem tanto o meio rural como o urbano.

A análise aqui resumida¹ inclui igualmente as respectivas políticas contra a exclusão, materializadas nas ações governamentais de apoio à agricultura familiar e à integração no mercado de trabalho, com vistas, conforme o discurso enunciado, a eliminar referida exclusão. Destacamos dois dos principais projetos que incidem sobre o meio rural e que pretendem cumprir aquele objetivo, quais sejam: o “Projeto São José” e o “Programa de Geração de Emprego e Renda”. Este último pretende executar a interiorização industrial mediante um aparato de apoio governamental à transposição do ‘chão de fábrica’ para cidades da zona rural, que passam a ser definidas como “cidades-barragem”. Ambos os programas governamentais objetivam inverter o histórico processo de exclusão social vivido pela população cearense, em decorrência das migrações contínuas e sempre mais acentuadas em períodos de seca. Necessário ressaltar contudo, que tais programas devem ser compreendidos no contexto das estratégias oriundas do projeto de uma facção de classe que assumiu o controle político do Estado, e cujo governo - autodenominado e já popularmente identificado como “Governo das Mudanças - já se elegeu pela quarta vez consecutiva, a partir da primeira administração do empresário Tasso Jereissati, iniciada em outubro de 1986.

Interessa-nos verificar as novas características do referido processo, considerando que ambos os programas se direcionam para a inclusão de um segmento social historicamente excluído do mercado de trabalho, qual seja, a população rural. Tanto o “Projeto São José” quanto as “cidades barragem” apontam para a possibilidade de inclusão da população, seja no mercado de trabalho, seja na dinâmica mais geral da vida social. Resta à tarefa de pesquisa identificar a simultaneidade em que estas políticas públicas criam/reproduzem novas/velhas formas de exclusão no interior do movimento socioeconômico agora denominado “desenvolvimento sustentável”.

Para uma rápida compreensão do processo de inclusão/exclusão, examinemos inicialmente o Projeto São José - “PSJ Ação Social” e “PSJ Cédula da Terra”. A meta global do PSJ ação social estabelecida foi o atendimento de 120 mil famílias de trabalhadores rurais num período de cinco anos (1996-2000), a um custo operacional de US\$ 116.700 milhões de dólares, ou seja, um investimento médio *per capita* de US\$ 972,5 dólares por família. De 1996 a

¹ O presente texto é síntese de uma pesquisa realizada em 1998 pelos autores, para a Organização Internacional do Trabalho – OIT/Fundação FORD, intitulada “Exclusão Social no Mercado de Trabalho: o caso do Ceará, Brasil”. Santiago Chile: OIT, 1999.

julho de 1998, o PSJ ação social atendeu 93.958 famílias mediante 1.589 subprojetos, a um custo de US\$ 35.339,42 milhões de dólares.

Podemos constatar que o atendimento ao número de famílias estipulado pôde ser atingindo, não obstante existirem famílias beneficiadas com mais de um subprojeto em um mesmo ano ou em anos alternados. O que nos chamava a atenção, todavia, era o gasto total, até aquele momento (julho/98), de apenas 30,28% do valor previsto. Já o investimento médio *per capita* por família tem sido de apenas US\$ 364,5 dólares. Outro aspecto importante é que, ao dividir o total de gastos pelo número de subprojetos, encontramos um valor médio de US\$ 22,2 mil dólares, enquanto o valor meta estipulado era de US\$ 50mil dólares por subprojeto.

Desperta curiosidade (mas não surpresa) o fato de que, em 1998, ano de eleições, tenha havido um interesse maior no atendimento às famílias. Em apenas sete meses, foram atendidas 48.162 mil famílias contra 36.025 durante todo o ano de 1997. Outro fator constatado é que o valor de recursos liberados para o atendimento dessas famílias - US\$ 13.921,02 milhões de dólares -foi bem menor do que o liberado para atender a um número menor de famílias no ano anterior. Isso pode indicar uma pulverização de subprojetos com menor valor para o atendimento de um maior número de famílias. A título de comparação, voltamos ao ano de 1995, outro período eleitoral, e verificamos haver um esforço do governo para atender a um maior número de famílias. Vejamos o desempenho do PSJ no ano de 1995: a) número de subprojetos liberados = 2.752; b) número de famílias atendidas = 147.823 mil; c) número de municípios atendidos = 176; d) valor liberado (US\$1,00) = 57.135,747 dólares.

Dentro dos subprojetos liberados, existem uma concentração muito grande em eletrificação rural (60% das liberações) e um insignificante investimento no social e no desenvolvimento da pesca artesanal (cada um com apenas 2% das liberações), além da mecanização agrícola, que representa 11%; da habitação rural 4%; do abastecimento de água 7% e outros investimentos ocupando 14 %.

Em entrevista, um técnico do Estado nos esclarece que a prioridade para eletrificação rural corresponde ao atendimento de um dos desejos das comunidades:

Nós estávamos utilizando uma estratégia, do ano passado(1997) para cá (julho/98), em apoiar projetos de infra estrutura . Estávamos apoiados na idéia de que os projetos fossem geradores de emprego e renda e carreávamos

os recursos para os projetos produtivos. Todavia, chegamos à conclusão de que os projetos produtivos são complexos, principalmente numa economia agrícola bastante instável em relação à situação climática. Daí, passamos a ter uma postura mais humilde para ouvir as comunidades e começamos a perceber o quanto elas têm interesse em projetos de eletrificação e na parte hídrica, que não é para irrigação, é para o consumo doméstico. Então, nós passamos a dar importância muito grande ao atendimento de projetos de eletrificação rural e abastecimento de água.

Curiosamente (outra vez!) um programa de “criação de emprego e renda” é redimensionado para atender lacunas da ordem doméstica - luz e água - que há muito já não deveriam mais existir. Outro dado que merece reflexão e explicação é a incapacidade demonstrada pelo governo em aplicar todos os recursos disponíveis para o Projeto. Por exemplo: em 1996, o governo tinha à sua disposição US\$ 18,12 milhões e só gastou US\$ 2,17 milhões; em 1997, tinha US\$ 23,30 milhões e só gastou US\$ 19,24 milhões; em 1998, dispunha de US\$ 28,80 milhões e, até o mês de julho daquele ano, gastara US\$ 13,42 milhões.

O “PSJ Cédula da Terra”, cuja meta estipulada é o atendimento de 3 mil famílias com 88 mil hectares de terra agricultáveis num período de 2,5 anos (1997/99), tem uma operacionalização semelhante ao projeto-piloto, “PSJ Ação Social”. De 1997 até setembro de 1998, haviam sido adquiridos 59 imóveis que somaram uma área total de 40.907,44 hectares, beneficiando 1.050 famílias. O valor total de financiamento dos 59 imóveis atingiu um montante de R\$ 5.530.492,92 reais, o que representa um investimento *per capita* de R\$ 5.267,10 reais por família para compra de terras. É fácil observar, todavia, que, pelo desempenho do Programa até agora, dificilmente o governo atingirá suas metas, uma vez que, até o momento, apenas um terço das famílias foi beneficiado, e somente 50% da área total prevista foram compradas.

Não obstante os gastos *per capita* por família para aquisição das terras estarem se situando um pouco acima da média prevista, que era R\$ 5 mil reais por família, esse índice situa-se numa margem muito duvidosa de sucesso, quando é adotado como referência um padrão mínimo necessário à sobrevivência de uma família com a exploração da terra. Levando-se em consideração que vivemos numa região semi-árida, onde as condições edafoclimáticas se constituem como fator natural de exclusão, cabe ressaltar que dificilmente a comunidade terá condições de endividar-se para comprar seu pedaço de chão e, ao mesmo tempo, se beneficiar de um crédito de investimento que possa potencializar uma estrutura produtiva que as leve a ter sua autonomia

financeira. O Programa se reveste, entretanto, de um grande impacto político, se considerarmos que, em vinte e oito anos de atuação, o INCRA promoveu 289 assentamentos no Estado do Ceará, ao passo que o “Cédula da Terra”, em apenas três anos, assentou 250 famílias. Não é por outra razão que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra o denomina de “Contra-reforma agrária”.

Mais uma curiosidade! O “Programa de Geração de Emprego e Renda”, que cuida para introduzir a indústria no Estado, servindo assim à ‘barragem’ da migração para os grandes centros urbanos, corresponde a um período que podemos denominar de ‘integração global’. Se considerarmos que a industrialização exerceu, até os anos 1960, um papel de ‘integração local’ (período de desenvolvimento da indústria tradicional do Ceará, sobretudo a têxtil-calçadista) e de ‘integração nacional’ nos anos que se sucederam à política de ‘redução das desigualdades regionais’ aplicada pela SUDENE (através da transposição de capital a custo quase zero, realizada mediante a ‘dedução fiscal’ incrementada por aquele órgão desenvolvimentista), a atual ‘integração global’ será feita por meio de uma ferrenha ‘guerra fiscal’, proporcionando a transposição das próprias fábricas para o estado que oferecer o maior número de benefícios ao capital. Para mais uma surpresa, serão justamente as velhas indústrias têxteis e de calçados, agora reestruturadas, que ressurgirão do desenvolvimento sucedido para a grande meta do mercado global - ‘integrando’ as populações rurais ainda tão dóceis à exploração de seu trabalho, através dos baixíssimos salários, quase nunca contestados no pacífico contexto da ‘virgindade sindical’. Esse modelo de ‘integração global’ pode ser inicialmente caracterizado como uma iniciativa singular idealizada pelo “Governo das Mudanças”. Sua forma articula as grandes indústrias multinacionais de bens de consumo (principalmente têxtil e calçadista, como já expressos) à oferta farta e barata de mão-de-obra existente no Estado, por sua vez, em grande parte, excluída da economia de base agrícola.

O mecanismo básico consiste na transposição do ‘chão de fábrica’ daquelas indústrias para o território semi-árido do interior cearense, mediante francos benefícios fiscais e de uma forma de organização do trabalho, denominada de ‘cooperativa de mão-de-obra’. Simultaneamente a tais mecanismos macroplanificados, desenvolve-se toda uma rede de pequenos e médios projetos de geração de emprego e renda, em relação aos quais é preciso considerar a característica nova que eles assumem em face da constituição (objetiva, mas principalmente simbólica) de um tipo de trabalhador adequadamente alinhado à racionalidade própria do “Governo das Mudanças”, na qualidade de pequenos empresários.

Segundo dados do governo, estão sendo instaladas 310 indústrias no Estado, sendo 81 já implantadas e em pleno funcionamento. Das 310 indústrias estão previstos 57.403 empregos diretos para os quais a Secretaria de Indústria e Comércio estima em empregos indiretos quatro vezes essa quantidade, ou seja, 229.612 pessoas ocupadas. É importante salientar que, embora haja uma sinalização de mudanças no mercado de trabalho nos locais em que essas empresas são implantadas (queda na taxa de desemprego, no setor informal, aumento da assinatura em carteira...), há que se considerar um exacerbado otimismo em ‘multiplicar esses empregos diretos por quatro’, principalmente porque muitos dos trabalhadores que se empregam nessas indústrias já possuíam alguma ocupação, tendo portanto apenas se deslocado de subsetor de atividade ou de emprego.

O primeiro ponto trazido à baila que se coloca refere-se, sobretudo, à qualidade desses empregos e quais benefícios eles estão trazendo para aqueles indivíduos e seus municípios. Embora seus gerentes os afirmem perfeitamente integrados àquelas comunidades, não se observou nenhuma contrapartida dessas empresas para com a localidade. Até a produção defeituosa ou fora do padrão de exportação é queimada ou tem outro destino, desde que não fique no município.

Embora não possamos oferecer aqui um diagnóstico exaustivo sobre os inúmeros aspectos que se constituem e evidenciam na execução do modelo das ‘cidades-barragem’, será interessante nos determos um pouco na observação das novas relações de trabalho ali implementadas. Nas visitas realizadas às fábricas de alguns municípios, as conversas com os trabalhadores “cooperados” e o registro de alguns depoimentos referentes às suas condições de vida e de trabalho levam-nos a crer na urgente necessidade de revisão da forma de administrar a produção intitulada ‘cooperativas de trabalho’. Impedidos de se filiarem a um sindicato, pois que não se definem como ‘trabalhadores formais’ e assim não desfrutam do direito aos ‘direitos trabalhistas’, esses trabalhadores ficam excluídos da possibilidade de reivindicar, ao mesmo tempo em que também não fazem parte de um sistema cooperativo, na verdadeira concepção da palavra. Tornam-se, portanto, excluídos na sua própria inclusão.

Outra curiosidade surpreendente! Se pensarmos o quanto o capital é ‘volúvel’, por um lado, e quanto a ‘virgindade sindical’ deixa indefesos os trabalhadores, por outro, nossa “ingênua” curiosidade poderia muito bem trazer algumas indagações: será que o dinheiro empregado pelo governo estadual em fornecer terreno, energia, incentivos fiscais e, ainda, em alguns casos, pagar os três primeiros meses de salário dos funcionários dessas empresas, compensa o desgaste das

longas e penosas jornadas de trabalho?; Será que, ao término dos sedutores incentivos, essas empresas não se deslocarão em busca de outras facilidades?; Será que o assalariamento da população vai influir no desenvolvimento local, se a média recebida está em torno de 80% de um salário mínimo?; Será que devem ser apoiados os novos empreendimentos, mesmo que eles não tragam desgastes físicos e mentais à população e tampouco sejam geradores de desemprego em massa com o deslocamento inesperado das empresas?...

Alguns desses empreendimentos são apontados como trazendo saldos positivos para a localidade, a exemplo das indústrias instaladas nos Municípios de Crato e Juazeiro do Norte. Segundo o SINE/CE (1998), houve um aumento generalizado das taxas de emprego formal, crescimento industrial e diminuição de desemprego. Há outros municípios, porém, como Baturité, onde a empresa se instalou e já saiu do local, deixando cerca de 50 “cooperados” desempregados, sem nenhum benefício a receber, porquanto a natureza do contrato não permite que o trabalhador tenha quaisquer direitos trabalhistas. Mais do que nunca, tornam-se excluídos, considerando a exclusão como um estado de negação/interrupção da inclusão. Assim, baseados nesses dados, verificamos que outros municípios correm o risco de gerarem excluídos a partir do fechamento ou transferência das fábricas instaladas.

Outro ponto refere-se aos impactos dos empreendimentos incentivados pelo governo e às “mudanças” alardeadas, através de todo esse incentivo, à permanência do homem no campo, tanto pelo Projeto São José nas duas versões - “Ação Social” e “Cédula da Terra” - quanto pelo modelo das “cidades barragem”, que qualificamos como ‘integração global’. Apesar dessas políticas estarem sendo aplicadas por um período extensivo a mais de uma década, o Ceará ainda não logrou alterar alguns índices mundialmente considerados como indicadores de pobreza e de subdesenvolvimento.

Segundo dados do PNUD, o Ceará ocupa a faixa dos estados de médio desenvolvimento humano - IDH (0,590), situando-se entre os cinco piores estados do País. O IDH calculado para os municípios se baseia em informações de 1991; poder-se-ia até argumentar que a análise não corresponde à realidade, porque a base de dados está defasada. Afirmamos que não é bem assim. Dos 174 municípios existentes em 1991, apenas 6 estavam bem situados e, ainda assim, na faixa média, como podemos ver na discriminação seguinte: Fortaleza (0,762); Crato (0,551); Maracanaú (0,537), Caucaia (0,525); Juazeiro do Norte (0,503); Limoeiro do Norte (0,501). Ora, estes seis municípios respondem por 65,2% do PIB cearense, assim como, eles sozinhos geram 66,1% do PIB do setor terciário, 74,2% do secundário e

10,5% do PIB primário. A bem da verdade, considerando o Estado do Ceará sem o IDH dos municípios de Fortaleza e Maracanaú, seu IDH cai para a terceira faixa, a mais baixa (com $IDH < 0,500$).

Analisando-se o PIB, verifica-se que, entre as décadas de 1970 e 1980, houve um significativo crescimento no Estado. Em 1970, seu Produto Interno Bruto era da ordem de R\$ 3.969 milhões, para uma população residente de 4.361.603 de indivíduos, gerando um PIB *per capita* de R\$ 909,90; já em 1996, o PIB cearense atingiu R\$ 17.192 milhões para uma população residente de 6.809.794 e um PIB *per capita* de R\$ 2.524,57. A população menos que dobrou nos 26 anos considerados, mas o PIB cresceu mais de 400% e o PIB *per capita* quase 300%. Sabemos, entretanto, o quanto o índice *per capita* é gerador de surpresas.

Segundo o SINE/CE, já em 1979, o Ceará contava com uma taxa de subemprego (que é igual à ‘ocupação precária ‘mais o ‘desemprego oculto’) da ordem de 35,8% da PEA e a de ‘desemprego aberto’, de 7,2%, perfazendo assim um total de 43,0% da força de trabalho subutilizada ou francamente excluída. Em 1996, a pesquisa do SINE/CE realizada nos municípios de médio porte em todo o Estado, e estimada para o conjunto da população urbana estadual, apresentou uma taxa de ‘desemprego aberto’ da ordem de 11,04%, e uma taxa de ‘cupação informal’ da ordem de 59,60%. Embora esses índices não signifiquem que estas pessoas formem um contingente de excluídos, podemos considerá-las suscetíveis à exclusão. E mais: o PIB *per capita* da população residente no Ceará, mesmo de ordem de R\$ 2.524,57, não interferia na situação detectada pelo SINE/CE de que, no ano de 1996, 75% da população ocupada urbana percebiam até 03 salários mínimos, o que demonstra uma gritante diferença entre a verdade estatística e a realidade dos indivíduos.

Além de sua classificação entre os estados de mais baixa qualidade de vida no País, o Ceará é também campeão em concentração de renda. No que se refere a outros indicadores, tem-se que o Ceará está ainda distante de ser um “ilha da prosperidade”. Dados do IBGE referentes ao ano de 1995 demonstram que o analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais está em torno de 36,07%; a força de trabalho cearense só estuda em média 3 anos, enquanto que a do Rio de Janeiro estuda 8 anos, e a européia 15 anos; o percentual de chefes de família com o primário completo é 33,99%; do total de domicílios, 42,69% ainda não possuem rede de água e apenas 42,82% possuem coleta de lixo. Acrescente-se a esses dados o fato de que a mortalidade infantil, cuja cifra era de 90 por 1000 nascidos vivos, teve um decréscimo para 65 por 1000 nascidos vivos, em 1990. Essa vitória rendeu ao Estado menções e

prêmios da UNESCO. Pelos dados da PNAD/95, dos 1.170.780 trabalhadores que compunham a ‘população ocupada’, 587.155 se declararam sem renda, 145.537 percebiam $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 256.206 percebiam entre $\frac{1}{2}$ SM e até 01 SM; isto é, 988.898 trabalhadores (83%) tinham renda de até 01 SM.

Considerando estes dados, concluímos com uma indagação bastante pertinente: não seria o caso de qualificar o atual desenvolvimento do Ceará como “uma bem-sucedida experiência de crescimento com exclusão social”?²

² Expressão cunhada por José de Freitas Uchoa, economista, ex-coordenador do SINE em seminário na UFC.

ABSTRACT: This article presents the results of a research project conducted by the authors and financed by the International Labour Organization-ILT and Ford Foundation. It is entitled “Social exclusion in the job market - the case of the state of Ceará, Brazil” and took place in 1998. The research aim was to investigate two of the policies which were put in place to tackle social exclusion in the state materialized in the government actions of support to the family agriculture and their integration in the job market. To do so, we analysed two of the main projects implemented by the so called “government of changes” in rural areas which had as its objectives to include rural workers in the job market. These projects were “The São José project” and “The Program of Generation of Job and Income”. Both projects intended to include the population either in the job market or in the most general dynamics of the social life. However, the results of the research show that these projects have not achieved its objectives and instead have been occurring a growth on the social exclusion.

Key-words:
São José project,
social exclusion,
family agriculture.

REFERÊNCIAS

Balanço Anual do Ceará 95/96, Gazeta Mercantil, ano I – N.º 1, São Paulo, setembro 1995.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. Rio de Janeiro, 1990.

BESERRA. Bernadete Ramos, Clientelismos e Modernidade: O Caso do Programa de Reforma Agrário no Governo Tasso Jereissati. Cadernos de Ciências Sociais N.º 28, NEPs-UFC, Fortaleza, 1994.

CASTEL, Robert. Da indigência à exclusão, à desfiliação, precariedade no trabalho e vulnerabilidade relacional. Saúde e Loucura. Rio de Janeiro, n.4., s/d.

HOLANDA, F. Uribam X., SANTOS, João Bosco F., ARAÚJO, M. Neyára de Oliveira. Especificidades do Processo de Exclusão Social no Ceará. Santiago/Chile: OIT/Fundacion Ford, 1999.

IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996, número 9 – Ceará, Rio de Janeiro, 1998.

IBGE. Pesquisa nacional de amostra por domicílios: PNAD. Síntese de indicadores 1995. Rio de Janeiro, 1996.

IDACE – Alguns aspectos da Questão Agrária no Ceará, Fortaleza, dezembro, 1995.

IDACE Situação dos Subprojetos de Aquisição de Terras- Cédula da Terra, Fortaleza, Setembro, 1998.

IPEA, Relatório sobre o desenvolvimento humano. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

IPEA. Mercado de Trabalho- conjuntura e análise. Rio de Janeiro: março 1995, V I.

IPLANCE - A Economia Cearense: Restrições e Potencialidades, Fortaleza, 1992.

IPLANCE – Alguns Aspectos Constitucionais da Realidade Cearense, Fortaleza, 1994.

Jornal O Povo – Fortaleza 07/09/98, pg. 13A.

Jornal O Povo Fortaleza 21/09/98, pg. 5A.

Jornal Participação – Brasília – Ano I, N.º 02, publicação da CNASI, agosto, 1998.

NASCIMENTO, Elimar. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 18, Caxambu: nov. 1994.

Plano Indicativo de Desenvolvimento Rural do Ceará, Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária, Fortaleza, dezembro, 1995

Plano de Mudanças. Governo Tasso Jereissati (1987/1991), Fortalece, IOCE, 1987

Programa De Combate a Pobreza Rural – Projeto São José, Secretaria de Planejamento e Coordenação, Fortaleza, dezembro, 1995.

Projeto São José – Ação Fundiária – Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará, Fortaleza, janeiro, 1998.

SANTOS, João Bosco F., HOLANDA, F. Uribam X., ARAÚJO, M. Neyára de Oliveira. Exclusão Social no Mercado de Trabalho: o caso do Ceará, Brasil. Santiago/Chile: OIT/Fundacion Ford, 1999.